

## **COHN, Clarice. 2005. Antropologia da Criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 60 pp.**

EDUARDO DULLO

É freqüente lermos, na literatura antropológica, textos que não informam a idade dos nativos. As pesquisas (em geral) são feitas com adultos, o que pode ser interpretado como consequência da importância que nossa sociedade confere a esta faixa etária, em detrimento de outros períodos – a velhice e a infância – como *locus* de produção de significados e reflexões acerca da vida social. Tornando claro desde o início pela autora, o debate sobre uma *Antropologia da criança* trata de uma revisão de conceitos fundamentais que, originando-se na década de 1960, estende-se às teorias contemporâneas, articulando uma revisão da noção de pessoa e da criação de uma antropologia da cognição. É frente a este complexo debate que opto por situar a importante contribuição que este pequeno livro (como de praxe da coleção, 60 páginas) apresenta.

O convite para escrever este número da coleção “Passo a Passo”, baseou-se em sua competente – apesar de relativamente breve e recente – produção e na (não tão breve assim, 12 anos) pesquisa com crianças dentre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. Por tratar, em sua dissertação de mestrado, sobre a concepção de infância e aprendizado nesse contexto, traz numerosas contribuições sintetizadas (o que não quer dizer, necessariamente, simplificadas) a partir dessa experiência etnográfica.

Esse terreno da disciplina só recentemente foi visto com a adequada sistematização, ainda em curso, que evita a definição pela negativa. Uma das principais proposições que a exposição de Clarice Cohn visa é a de suprimir essa

lacuna. Levar a sério o discurso nativo e ao menos tentar não constituir uma relação de poder em relação de sentido significa, neste caso, apreender o mundo social a partir da construção simbólica das crianças, fazendo desta experiência peculiar uma diferença qualitativa ao invés de quantitativa.

Seu texto preocupa-se, desde o início (e retomando a discussão ao final), em esclarecer a particularidade da Antropologia, diferenciando-a dos mais antigos estudantes do tema: psicólogos, psicanalistas e pedagogos. Assim, além de uma “antropologia da criança”, a autora nos expõe sua visão do que caracteriza uma pesquisa da disciplina. Não é na metodologia de coleta de dados que reside a especificidade, mas no cuidado com a contextualização e com os “pressupostos analíticos e no arcabouço conceitual” (:48). Com isto em mente, ela lembra que “não podemos falar de crianças de um povo indígena sem entender como esse povo pensa o que é ser criança e sem entender o lugar que elas ocupam naquela sociedade – e o mesmo vale para as crianças nas escolas de uma metrópole” (:9).

Sua introdução é, portanto, mais que um preâmbulo para a discussão bibliográfica que vem em seguida; é a assunção de uma postura teórico-metodológica com a qual irá debater com autores e escolas. Nesse sentido, importa-se em realçar a distinção entre *nature* e *nurture* realizada por Margareth Mead na tentativa de entendimento da parcela cabível à natureza e à cultura no comportamento dos não-adultos (tendo os norte-americanos como contraponto).

Apesar de reconhecer a importância dos trabalhos, posiciona-se na afirmação: “Esses estudos estão marcados pela cisão entre vida adulta e a da criança, e remetem a uma idéia de imaturidade e desenvolvimento da personalidade madura” (:15). O que vai de encontro à sua posição, por prever um “adulto ideal” como “fim último do processo de desenvolvimento”.

Direciona, seqüencialmente, seu comentário para a tradição estrutural-funcionalista, com inspiração em Radcliffe-Brown, para demonstrar tanto a oposição destes aos primeiros, norte-americanos, pela excessiva relação com a psicologia, quanto pela primordial relevância conferida ao processo de socialização dos indivíduos e práticas sociais. Não se satisfaz, apesar disso, com a postura que prevê uma certa gama de papéis e condutas às quais devem os sujeitos se adequar. Essa forma impede a apropriação qualitativamente diferenciada que Clarice Cohn propõe: “a criança dos estudos estrutural-funcionalistas se vê relegada a protagonizar um papel que não define” (:16).

Ao conceber o avanço da teoria antropológica a partir dos anos 1960, a autora coloca tanto a importância dos conceitos de agência, quanto o de sociedade e cultura. Revê como importante o sistema de simbolização compartilhado, porém, não mais como existente previamente aos sujeitos, mas sendo por eles formado a partir de suas relações e interações. Essa capacidade de agência permite conceber as crianças como criadoras de seu próprio sistema simbólico e visão de mundo, e não mais como um depositário de papéis: “Ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passam a ter um papel ativo na definição de sua própria condição” (:21).

Ao diferenciar três aspectos dos estudos sobre a criança (a definição da condição social da criança, como ator social e como produtora de

cultura), demonstra que a especificidade de um sentimento de infância é característico da modernidade ocidental, historicamente construída, conforme o estudo clássico de Ariès. Faz, sempre, um belo contraponto com seus dados etnográficos, para esclarecer como não devemos incorrer no erro de ter como pressuposto a existência de momentos do curso da vida em quaisquer contextos sociais. Após discorrer brevemente sobre a formação da *pessoa* Xikrin (e de tornar claro a importância disso para se compreender a criança) mostra que a delimitação do curso da vida e da duração do período em que se é criança é algo específico.

Na intenção de ver a criança como atuante, lança mão de exemplos retirados tanto de sua pesquisa como do trabalho de Maria Filomena Gregori sobre crianças “de rua”, mostrando como elas constroem uma identidade para si e para os outros. Por fim, a criança produtora de cultura é uma interlocução com a antropologia da cognição, exemplificada com os trabalhos da antropóloga britânica Christina Toren. No entender de Toren – corroborada por Cohn – o estudo da criança torna-se importante por ela expressar o que os adultos normalmente não o fazem e por fazê-lo de forma distinta. Não se trata de uma cisão absoluta entre o mundo adulto e o da criança, mas de uma relativa autonomia, na qual as crianças não sabem menos, e sim sabem *outra coisa* sobre o mundo.

Não sendo uma área já bem desenvolvida e esmiuçada, convém lembrar que seu trabalho remete-se bastante a um tema que associamos de imediato com a criança: a educação. Sua preocupação, nesse caso, é o de romper com o chamado “Grande Divisor” entre sociedades ditas complexas e simples, primitivas ou tradicionais. Uma das formas de impor a diferença entre as sociedades recai na educação formal e/ou informal. Por isso, a autora relembra – e nunca é demais – que “concepções do que é ser

criança, do desenvolvimento e da capacidade de aprender, devem ser entendidas de maneira interligada” (:40).

Se há algo a ser criticado em *Antropologia da criança*, é o seu tamanho. O formato da coleção não permite que a autora explore de modo satisfatório as demais articulações do tema, que ficaram restritas a poucos parágrafos. É notável, por exemplo, como a temática da educação emerge do texto como algo mais próximo ao cotidiano das crianças, enquanto as relações jurídicas (como no Estatuto da Criança e do Adolescente), ou ao trabalho infantil são mencionados de forma rápida, se tivermos em mente o cuidado com o procedimento de transmissão e aquisição de conhecimentos. Mais ainda: a ênfase em seu trabalho de campo ocupa boa parte do livro, em detrimento

de trabalhos realizados com as crianças “de cá”, como ela as chama. Não creio, contudo, que isso diminua o mérito do livro. Prefiro encarar a questão como proveniente do estímulo que o livro imprime no leitor, na sede de conhecer outras pesquisas sobre o tema.

Como espero ter esclarecido, o formato introdutório que a coleção impõe não causou uma simplificação dos argumentos. Sua constante menção a trabalhos empíricos e utilização de exemplos permite uma compreensão mais completa do tema. Seu louvável poder de síntese pode, em parte, ser atribuído à sua experiência docente, permitindo-lhe escrever um texto claro, com frases curtas e sem redundâncias: acessível tanto aos leitores iniciantes quanto imperioso aos mais experimentados.

**autor Eduardo Dullo**

Mestrando em Antropologia Social / MN-UFRJ

*Recebido em 15/02/2006*

*Aceito para publicação em 19/05/2006*